

A importância da Curricularização para a formação acadêmica: A prática no Curso de Direito

Alessandro Gonçalves da Paixão¹
Ana Paula Mendonça Ferreira Russo²
Chrystiano Silva Martins³
Mayana Ribeiro Oliveira⁴
Priscilla Santana Silva⁵

RESUMO

Como atividade extensionista, por meio da qual o discente põe em prática o que aprendeu na teoria, a curricularização tem por objetivo aplicar, na sociedade, o conhecimento acadêmico. Justifica-se haja vista que as razões de se aprender se fundamentam na possibilidade de facilitar a vida, em todas as suas formas. Mas, de que maneira se poderia aliar teoria à prática de maneira eficaz nas Instituições de Ensino Superior (IES)? Partindo de tal problematização, políticas públicas, nesse propósito, foram criadas, no Brasil, com destaque para a Lei 13.005/2014, conhecida como Plano Nacional de Educação, por meio da qual houve a determinação da integralização de créditos curriculares dos cursos de graduação aos programas e projetos de Extensão, dentre os anos de 2014-2024. Assim, deixou de ser uma opção a participação do acadêmico em tais atividades, para ser uma prática. No curso de Direito da Universidade UniEvangélica a proposta de Extensão Universitária, aliada ao Ensino e Pesquisa, tem sido engajada, na proposta de curricularização, o que será objeto deste Relato de Experiência.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão universitária. Curricularização. Direito.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas no Brasil são instrumentos importantes com vistas a aprimorar a ação estatal em prol do bem comum, identificando as fragilidade e deficiências sociais, para então, por em prática estratégias que solucionem e contribuam para a construção de uma sociedade justa e igualitária, nos parâmetros da Constituição Federal de 1988, cujo núcleo axiomático é o respeito à dignidade da pessoa humana.

Em se tratando de política educacional, destaca-se a sua importância, já que a educação é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento social e econômico de uma nação. No Brasil, as políticas públicas de educação desempenham um papel crucial na promoção da equidade, inclusão e no combate às desigualdades sociais.

As políticas educacionais têm impacto direto na redução das desigualdades regionais e sociais. Segundo Saviani (2008), "o acesso universal à educação de qualidade é condição essencial para a democratização do ensino e a promoção da justiça social". Isso demonstra que um sistema educacional eficiente não apenas melhora o desempenho acadêmico dos discentes, mas também

¹ Mestre. Curso de Direito da UniEVANGÉLICA. E-mail: alessandro_menslegis@yahoo.com.br

² Mestre. Curso de Direito da UniEVANGÉLICA. E-mail: anapaulamf@hotmail.com

³ Especialista. Curso de Direito da UniEVANGÉLICA. E-mail: chrystianoadv@yahoo.com.br

⁴ Mestre. Curso de Direito da UniEVANGÉLICA. E-mail: mayanaribeiro2000@hotmail.com

⁵ Mestre. Curso de Direito e de Psicologia da UniEVANGÉLICA. E-mail: priscillasantana_@hotmail.com

favorece a mobilidade social e o crescimento econômico. Daí a importância de se repensar, constantemente, o modelo de ensino, a fim de se contribuir, efetivamente, com a sociedade.

Sob tais perspectivas, as Instituições de Ensino Superior (IES) têm buscado, constantemente, levar para a sociedade o aprendizado acadêmico, de maneira eficaz e produtiva, dentro da proposta de curricularização da extensão universitária, cujo foco é a integração da extensão ao currículo dos cursos de graduação, garantindo que a formação acadêmica esteja diretamente ligada às demandas sociais, consoante do que estabelece a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação (CNE), segundo a qual as universidades devem destinar, no mínimo, 10% da carga horária total dos cursos para atividades extensionistas, consolidando a importância desse processo para a formação dos estudantes.

Como resultado de uma política educacional, a curricularização propõe o desenvolvimento de competências e habilidades que extrapolam o conhecimento teórico adquirido em sala de aula. Segundo Pimentel e Silva (2020), "a integração da extensão ao currículo acadêmico proporciona aos alunos a oportunidade de aplicar seus conhecimentos em contextos reais, fomentando a formação cidadã e o compromisso social" (p. 45). Essa abordagem fortalece a relação entre universidade e sociedade, garantindo que o conhecimento produzido tenha impacto direto na comunidade.

A educação deve ser um processo dialógico, em que o estudante não apenas absorve informações, mas participa ativamente da construção do conhecimento. A curricularização da extensão possibilita essa interação, promovendo a troca de saberes entre universidade e sociedade, estimulando a pesquisa aplicada e o protagonismo estudantil (FREIRE, 2019, p. 78).

Trata-se da produção de um saber multidisciplinar, que ultrapassa as salas de aula, na construção de um compromisso ético com o outro, ao aplicar e disponibilizar para a sociedade, o que foi aprendido, sob a premissa de que "a universidade não deve se limitar a formar profissionais tecnicamente competentes, mas também cidadãos comprometidos com a transformação social e o desenvolvimento sustentável" (MOROSINI, 2021, p. 102). Dessa forma, a curricularização alinha-se às diretrizes da Educação Superior contemporânea, que valoriza a formação integral do aluno.

A questão é: como implementar, de forma coerente e eficiente, um projeto que ultrapasse a teoria, e que resulte em práticas sociais, em prol do coletivo? Para tanto, necessário se faz mudar paradigmas, repensar os pré-conceitos estabelecidos como critério, inclusive, avaliativo, e ainda, que a Instituição de Ensino Superior viabilize condições para tal prática curricular, que perpassasse desde a sala de aula, até a formação de profissionais para tal fim. "Os professores do curso de Direito muitas vezes repetem modelos de educação que vivenciaram em sua trajetória acadêmica,

como por exemplo, calcada no modelo de formação jesuítica ou técnica” (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002. p. 174).

No curso de direito da Universidade Evangélica de Goiás houve a construção de um projeto de curricularização aplicado aos terceiros e quartos períodos do curso, cujo relato de experiência será apresentado nesse trabalho.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O Curso de Direito, visando a implementação da Curricularização da Extensão, desenvolveu, dentre outros, o projeto para esse fim, construído por professores e coordenação, cuja temática envolveu a doação de órgãos. Teve por título: A atividade de conscientização para doação de órgãos e divulgação da AEDO (Autorização Eletrônica de Doação de Órgãos). O eixo de pesquisa, que lhe deu respaldo, foi: Direitos Humanos, Políticas Públicas.

A doação de órgãos é um ato de solidariedade que pode salvar inúmeras vidas. No Brasil, a necessidade de um sistema eficiente para garantir e agilizar o processo de doação é uma prioridade de saúde pública. Nesse contexto, a Autorização Eletrônica de Doação de Órgãos (AEDO) surge como uma ferramenta fundamental para tornar esse procedimento mais célere, seguro e acessível. A proposta de digitalização do procedimento também visa dar transparência e segurança às doações. A tecnologia permite o armazenamento de informações em bases oficiais, dificultando fraudes e garantindo que os órgãos sejam destinados de maneira justa e eficiente.

Dessa forma, a implementação e a ampla divulgação da AEDO são essenciais para a modernização do sistema de transplantes no Brasil. Ao facilitar a doação de órgãos, essa medida pode significar a diferença entre a vida e a morte para milhares de pacientes que aguardam na fila de transplantes. Trata-se, portanto, de um avanço necessário e urgente para a saúde pública e para a solidariedade humana.

Partindo de tais pressupostos, desenvolveu-se a pesquisa, cujo local de realização da extensão foi na Central de Transplantes do Estado de Goiás, visitado por docentes e discentes a fim de identificar a importância da doação de órgãos, bem como, das dificuldades ainda enfrentadas aos envolvidos nesse processo.

A atividade envolveu vários Cursos da IES UniEvangélica, dentre eles: medicina, direito, psicologia, comunicação e outros, numa proposta interdisciplinar.

A equipe de trabalho, responsável em implementar a extensão, envolveu os professores de determinadas disciplinas, conforme planejamento, em prol da viabilização do diálogo entre as mesmas. Em 2024, as disciplinas envolvidas, no Curso de Direito, foram as do 3º e 4º Períodos, do Direito Civil. Nesses períodos, os acadêmicos estão estudando obrigações civil, responsabilidade

civil, e contratos, o que possibilita o diálogo entre elas com a regulamentação da Doação de Órgãos via AEDO.

A problematização do tema se deu diante do conflito entre necessidade e prática, no Brasil, da Doação de Órgãos, tendo por hipótese, a desinformação sobre ele, que gera polêmicas resultando na morte de diversos brasileiros que, caso transplantados, poderiam estar gozando de uma vida plena.

Os estudos jurídicos, que culminaram com a curricularização, pautaram-se nos seguintes ordenamentos brasileiros: Lei nº 9434/1997, que traça as regras sobre a doação para depois da morte e disposição de vida; Lei nº 11.584/2007, que institui o dia nacional da doação de órgãos; Lei nº 14.722/2023, responsável pela Política Nacional de Conscientização e Incentivo à Doação e ao Transplante de Órgãos e Tecidos; Provimento nº 164, de 27/03/2024, do Conselho Nacional de Justiça, o qual instituiu a Autorização Eletrônica de Doação de Órgãos, Tecidos e Partes do Corpo Humano – AEDO.

A turma foi dividida em grupos de estudos, responsáveis em pesquisas e apresentar os aspectos normativos de cada lei e seu reflexo para a sociedade, culminando com Cartilhas Educativas virtuais.

Por fim, para lograr êxito, foi criado um cronograma de atividades a ser seguido, cujo culminância é alcançar e possibilitar a quantificação e qualificação do trabalho do preso na referida Penitenciária, bem como analisar a qualidade dos mesmos com vistas a aplicar a execução penal quanto à ressocialização do condenado, bem como, quanto à possibilidade de redução de pena, a depender do caso.

DISCUSSÃO

A proposta de se aplicar a curricularização da extensão consiste na cooperação, entre os estudos acadêmicos e a sociedade civil. Trata-se de uma iniciativa importante para a formação acadêmica, ao permitir que os alunos vivenciem, na prática os desafios e impactos sociais de suas áreas de estudo. Nesse sentido, a importância da visita dos acadêmicos até a Central de Transplantes de Goiás para conhecer a realidade da doação de órgãos e sua complexidade operacional.

Durante a visita, os alunos puderam acompanhar o trabalho das equipes médicas e administrativas, compreendendo de perto os desafios enfrentados, desde a captação até a alocação dos órgãos. Essa experiência prática permitiu reflexões profundas sobre a importância da AEDO na otimização do sistema, reduzindo a dependência da autorização familiar no momento crítico da perda.

Conforme relato de um dos participantes, "ver de perto a luta dos profissionais para salvar vidas nos fez perceber a urgência de políticas mais eficazes e de maior conscientização da população sobre a doação de órgãos". O impacto dessa vivência demonstrou a relevância de inserir a temática no ensino acadêmico, preparando futuros profissionais para lidar com questões éticas, burocráticas e médicas envolvendo os transplantes.

Dessa forma, a experiência reforçou a importância da curricularização da extensão, integrando teoria e prática e formando cidadãos mais conscientes e preparados para enfrentar desafios da saúde pública. A AEDO, nesse contexto, se revela como um avanço essencial para a melhoria do sistema de transplantes, sendo indispensável que o conhecimento sobre essa ferramenta seja amplamente difundido dentro das universidades e na sociedade.

CONCLUSÃO

Diante do relato acima desenvolvido, percebe-se a importância da curricularização da extensão universitária para a formação acadêmica, já que desempenha um papel fundamental nesse sentido, pois proporciona aos alunos experiências práticas que os aproximam da realidade profissional e social. A visita à Central de Transplantes de Goiás evidenciou como a vivência direta com o tema pode impactar a percepção dos estudantes sobre a importância da doação de órgãos e das políticas que a envolvem.

REFERÊNCIAS

- ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P. **Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**. 6 ed. – Joinville, SC: UNIVILLE, 2012.
- FREIRE, Paulo. **Educação e Transformação Social**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2019.
- MOROSINI, Marília. **Universidade e Compromisso Social**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021.
- PIMENTEL, Ricardo; SILVA, Mariana. **Extensão Universitária e Formação Acadêmica: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2020.
- SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.